

9 GLOBO

ave

# Acordo viabiliza votação do Preâmbulo

BRASÍLIA — Um acordo preliminar firmado ontem no gabinete do Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, entre os líderes de partidos e grupos poderá viabilizar, hoje, a aprovação do Preâmbulo e do artigo primeiro do Título I — Dos Princípios Fundamentais — da nova Constituição.

Pelo acordo, será mantido para o Preâmbulo o texto do Centrão e o artigo primeiro será fruto de uma fusão de emendas que incluirá o conceito de democracia participativa reivindicada pelos parlamentares "progressistas".

O acordo será ratificado em nova reunião marcada para às 11 horas. Nesta ocasião, os líderes irão definir também os acordos para a votação, à tarde, de todos os artigos do Título I — no total de cinco. Estas reuniões se tornarão uma rotina daqui para frente. A sugestão partiu de Ulysses Guimarães para quem o episódio da primeira sessão do plenário indicou o caminho para viabilizar uma votação rápida do novo texto constitucional.

— Por esta primeira reunião posso afirmar que há propósito de entendi-

mento e disposição para o diálogo entre os diferentes grupos e lideranças partidárias. E acredito que com esta nova mecânica, de reuniões preliminares, teremos condições de dar à Nação uma nova Carta Magna no prazo previsto, até o final do mês de abril.

Na avaliação de Ulysses Guimarães, a sessão inaugural do plenário foi muito tranquila. Foram poucos os apartes, não houve tentativas de obstrução dos trabalhos e foi apresentada apenas uma questão-de-ordem. O Presidente da Constituinte avalia que este clima vai permitir o consenso sobre a maioria das matérias em discussão e que, no final, cerca de 11 pontos apenas serão decididos no voto. Entre eles, o sistema de Governo e o mandato do Presidente José Sarney.

Pelo acordo, mantido o Preâmbulo do Centrão, o parágrafo único do artigo primeiro do Título I terá a seguinte redação: "Todo o poder emana do povo e em seu nome será exercido por representantes eleitos ou diretamente, nos casos previstos nesta Constituição".

## O novo Preâmbulo

Se o acordo firmado à noite pelas lideranças for ratificado, será o seguinte o Preâmbulo da futura Constituição:

**"PREÂMBULO**  
Nós, representantes do Povo Brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir no país um novo Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social da Nação e controvérsias, tanto na ordem interna como na internacional, promulgamos, sob a proteção de Deus, esta Constituição da República Federativa do Brasil".



Roberto Cardoso Alves conversa com Ulysses sobre o acordo para hoje

## Amaral perde voto por errar a digitação

BRASÍLIA — O Líder do PDS na Câmara, Deputado Amaral Neto, nega, mas o Secretário Geral da Mesa da Constituinte, Paulo Afonso, afirma que seu voto não foi computado, por que ele não digitou o painel corretamente.

Segundo os membros da Mesa, Amaral Neto chegou ao plenário sem saber seu número-código, pedindo a um dos deputados que estavam perto do controle que lhe ditasse. A falha se deu na hora da votação, quando esqueceu de digitar o número, antes de apertar os botões de votação.

— O gato comeu meu voto — disse o Deputado Amaral Neto, que não se convenceu de que foi o responsável pela falha, atribuindo-a ao sistema de computadores.

## Mandado da Abert será julgado hoje

BRASÍLIA — O Ministro Francisco Rezek, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), decide hoje se concede ou não liminar ao mandado de segurança, através do qual a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) pretende adiar a transmissão, prevista para hoje à noite, do programa do Partido Social Progressista (PSP). A Abert impetrou ontem o mandado de segurança, argumentando que a Lei Eleitoral vigente não abre o acesso às cadeias obrigatórias de rádio e televisão aos partidos que não possuam representação no Congresso Nacional. O julgamento ficou para hoje porque o Ministro Francisco Rezek recebeu o processo no final da tarde de ontem.

O mandado de segurança

contesta o argumento segundo o qual o artigo 2º da Lei 7.454, de 30 de dezembro de 1985, que exige representatividade parlamentar do partido que solicitar horário em TV, teria validade apenas para o período que antecedeu as eleições de 86. A Abert alega que "não é esta a conclusão que resulta da interpretação sistemática e literal daquele diploma" e cita artigos da mesma Lei que "alteram em caráter permanente regras de caráter permanente do Código Eleitoral", entre os quais normas que obrigam o candidato a estar "filiação ao Partido pelo qual irá concorrer, até seis meses da data do pleito."

O mandato também cita a Lei Orgânica dos Partidos Políticos, para embasar o

argumento das empresas de rádio e televisão de que as normas da Lei Eleitoral são de caráter permanente. Argui a constitucionalidade de se igualarem "partidos sem um representante no Congresso a partidos com mais de cem parlamentares".

A aplicação da Lei Orgânica dos Partidos Políticos também representaria "a imposição de um ônus pesadíssimo, injusto e desarrazoado, às empresas de rádio e televisão que se vêem obrigadas a sacrificar o seu horário nobre, em condições de igualdade, a partidos de flagrantemente desigual representatividade." Sobretudo "para as pequenas rádios do interior que tiram desse horário a parte substancial de sua receita."

## Fernando Henrique e Afif querem o diálogo

BRASÍLIA — Diante do resultado da primeira votação na Constituinte, os líderes dos diversos grupos concluíram que, sem um amplo acordo, não haverá Constituição, o que já vinha sendo previsto. E a busca do entendimento resultou no seguinte diálogo mantido entre o Líder do Centrão, Deputado Guilherme Afif Domingos, e do "Centrinho", Senador Fernando Henrique Cardoso.

FHC — Afif, convoque mais alguns líderes do Cen-

trão e vamos conversar no gabinete do Ulysses.

Afif — Precisamos estabelecer acordos no sentido de reduzir ao máximo o número dos destaques, para podermos nos fixar naquelas matérias que serão de fato decididas apenas pelo voto.

FHC — Claro, pelo teste de hoje (ontem) ficou claro que se não nos entendermos o processo não fluirá. E a opinião pública está voltada para a Constituinte. Se não conseguirmos sair do lugar, a repercussão

será muito negativa.

Afif — Defendo a negociação em nome da agilização do processo de votação. E chamo a atenção para um fato importante, que talvez não esteja sendo motivo de preocupação e que pode atrapalhar todo o nosso trabalho. Está claro que existe uma parcela grande de constituintes que deseja retardar uma definição do texto. E nós não podemos fazer o jogo protelatório.

FHC — Este é, realmente, um problema sério.

## Quércia pedirá rapidez na Carta

SÃO PAULO — O Governador de São Paulo, Orestes Quércia, afirmou ontem que é necessário que todos pressionem a Assembléia Nacional Constituinte para que a nova Carta seja imediatamente aprovada. Mas isto de uma forma que não arranhe a soberania dos parlamentares, observou.

— Vou levar a proposta para os Governadores de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Minas Gerais durante o encontro que teremos amanhã (hoje). Pedirei que atuem junto aos Depu-

tados de seus Estados.

Na opinião de Quércia, será muito arriscado para o Brasil a nova Constituição não ser aprovada este ano.

— Tenho recebido informações fora da imprensa que estão me deixando muito preocupado. Essas informações são de que se não agirmos com firmeza, não teremos a Constituição, e isto é muito arriscado. Se não houver um entendimento, os parlamentares poderão postergar a decisão da Constituição até por mais um ano.

## Álvaro Dias quer prazo para discutir o mandato

CURITIBA — O Governador do Paraná, Álvaro Dias, vai propor no encontro de governadores do PMDB, em Minas, que se estabeleça um prazo para discussão do mandato de Sarney permitindo que os trabalhos de votação da nova Carta prossigam normalmente.

Segundo ele, com esse prazo estipulado, o País poderia respirar aliviado, afastando agora o assunto, que "só tem servido para tumultuar os trabalhos dos constituintes".